
REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA REGIONAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA¹

Salvadora Caceres Alcântara de Lima²
Silvana de Abreu³

RESUMO: Propomos neste trabalho analisar a abordagem regional nos livros didáticos de geografia do ensino fundamental, utilizados na rede pública de ensino da cidade de Dourados-MS. Para a delimitação teórica, optamos em analisar os discursos sobre a região Centro-Oeste com ênfase para a interpretação do discurso “oficial” materializado através das políticas públicas de planejamento regional, que legitimaria a ocupação e integração dessa região em âmbito nacional e sua implicação para a consolidação do território sul-mato-grossense, no contexto da divisão territorial do trabalho. Paralelo ao discurso oficial, far-se-á a análise do discurso didático que traz explícito o ideário de progresso e desenvolvimento econômico/regional como pressuposto para o combate às desigualdades regionais e sociais, procurando desmistificar o aspecto ideológico subjacente na (re)produção desses discursos nos manuais didáticos.

Palavras-chave: discurso regional e ensino de geografia.

REFLECTION ABOUT THE THEMATIC REGIONAL AND THE GEOGRAPHY TEACHING

ABSTRACT: We propose in this work to analyze the regional approach in the didactic books of geography of the Fundamental Teaching used in the public net of teaching in the Dourados City. For theoretical demarcation, we opted to analyzing the speeches about the region Center-West with emphasis for the interpretation of these “official” speech materialized through the public politics of regional planning that would legitimate the occupation and integration of this region in national ambit and its implication for the consolidation of the territory from Mato Grosso’s south in the context of the territorial division of work. Parallel to the official speech it will be made the analysis of didactic speech that brings explicit the plan of progress and development economic/regional as presupposition for the combat of the regional and social inequalities, seeking to take of the fantasy the underlying ideological aspect in the diffusion of these present speeches in the didactic books.

Key-words: make speeches regional and geography teaching.

INTRODUÇÃO

Algumas considerações sobre os discursos regionais

Refletir sobre o modo como a temática regional vem sendo tratada no ensino de Geografia contribui para a compreensão da relação sociedade/território, bem como, da

¹ O presente artigo é resultado parcial da Dissertação de Mestrado iniciado no ano de 2002. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS.

² Professora da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Dourados-MS e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados. Rua: Mohamad Hassan Hajj, 530 CEP 79823-380. E-mail: sallima@ibest.com.br

³ Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora do Programa de Mestrado – Campus de Dourados. E-mail: abreu.s@uol.com.br

relação homem/natureza. Entendemos, como Moreira (1982, p.101), que “o homem é produto da história da natureza e a natureza é a condição concreta da existencialidade humana”. Portanto, é pela intermediação da relação social e do trabalho que a sociedade não só transforma o meio circundante em espaço produzido, como também se modifica no processo.

Partindo desse enfoque, a elaboração de idéias sobre região, no contexto da representação social, é concebida como resultado das relações que se estabelecem entre sociedade e natureza num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, considerando que, em épocas diferentes, a idéia e/ou conceito de região adquire uma significação social que varia de acordo com a visão de mundo, da cultura e do grau civilizatório atingido pela sociedade.

É no interior das contradições que movem a sociedade capitalista que procuramos compreender os discursos regionais, presentes nos livros didáticos de Geografia, considerando a dinâmica das relações de produção, em sua totalidade, as quais criaram as regiões como expressão da materialidade do capital, tendo como suporte para sua reprodução, a desigual porém combinada articulação da divisão territorial e social do trabalho, em nível regional, nacional e internacional.

A REGIÃO NO CONTEXTO DISCURSIVO

Para iniciar a reflexão, consideramos importante resgatar a origem da palavra região, uma vez que o termo, já materializado como discurso na linguagem social, traz implícitas formas de organização sócio-territorial de uma determinada sociedade.

A palavra região, segundo Moreira (1993, p. 07), “vem de *regere*, quer dizer reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal”. O termo região surgiu como conceito em Geografia, a partir do século XIX, com o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que viria a se tornar o principal sistematizador da Geografia regional, inaugurando a chamada corrente possibilista.

Vidal de La Blache, definiu como objeto da Geografia regional a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem e considerou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, mas que é capaz de realizar transformações dependendo das condições técnicas e do capital que dispõe. Nesse sentido, a região seria a unidade de análise que expressaria a forma como a sociedade se organiza no território, porém, o homem é mantido como categoria genérica e os recursos naturais como um dado a ser explorado.

Entendemos que a idéia *sobre* a região, enquanto parcela da totalidade, é vazia de significado, sendo preciso considerar, na análise, a divisão territorial e social do trabalho, pois este constitui o elemento fundante na determinação das regiões e a função que cada uma desempenha dentro da totalidade espacial.

A relação homem/natureza, numa sociedade de classes, como bem frisou Moreira (1981), é antes de tudo uma relação social e a busca da compreensão da sua unidade deve levar em conta as relações travadas pelos homens no processo de produção. O que implica dizer que devemos considerar a forma diferenciada como o capital se propaga nos territórios para garantir sua reprodução ampliada.

O pensamento de La Blache exerceu forte influência sobre o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil, principalmente a partir da implantação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da criação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, criado em 1937; que contou com a colaboração de geógrafos franceses como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan, entre outros.

Segundo Monteiro (1980), o IBGE tem importante papel para a formação de geógrafos e professores de Geografia, os quais seguiam a corrente de pensamento da escola clássica francesa, cuja orientação teórico-metodológica influenciaria os autores de livros didáticos, com destaque para os livros publicados por Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo, que dominou o ensino da Geografia no Brasil até por volta de 1956.

As orientações de Carvalho iriam interferir na divisão regional brasileira e nos programas oficiais de ensino, por volta de 1925, quando as regiões naturais aparecem pela primeira vez nos programas oficiais, decorrente da Reforma Luiz Alves Rocha Vaz, de 1925. No entanto, a incorporação da divisão regional e a superação dos estudos por unidades políticas isoladas, só seriam uma exigência do programa oficial com a Reforma Educacional de 1942, justamente quando teremos a primeira divisão regional brasileira, já organizada pelo IBGE, e que serviria como referência para os livros didáticos de Geografia.

Para Aroldo de Azevedo (1955, p. 11):

[...] Diante de uma região qualquer, o geógrafo moderno deverá examinar minuciosamente a situação, o relevo e sua estrutura, o clima, a vegetação, a hidrografia, o povoamento, os gêneros de vida, a economia. Em poucas palavras: deverá estudar o quadro natural e o homem que nele vive, através de suas relações recíprocas.

O conceito de gênero de vida, presente no enunciado, revela a proximidade com Vidal de La Blache e, ao mesmo tempo, denuncia que as relações propostas para serem analisadas seriam apenas entre o homem e a natureza na perspectiva “harmônica”, já que o

homem era tido, na concepção vidaliana, apenas como habitante da região e não como produtor/consumidor. Além disso, uma análise geográfica basear-se-ia na capacidade de descrever e compor a síntese. O “geógrafo moderno” em Azevedo tem raízes no positivismo vidaliano.

Para a época, a utilização dos elementos da natureza física como critério para a definição da região era considerado um avanço e o discurso da Geografia científica foi um instrumento que consolidaria o Estado brasileiro. De acordo com Vlach (1988), o Estado procurava implementar uma ampla rede de escolas públicas, através da qual pudesse impor o nacionalismo patriótico. Daí a importância do ensino, não só da Geografia, mas também da História, nas escolas públicas, uma vez que são disciplinas consideradas por excelência de nacionalização.

Analisando o ensino da Geografia, Pontuschka (1999, p.114) assevera que os conteúdos didáticos na época da criação da USP “expressavam o que havia sido a Geografia até meados do século XIX na Europa: enumeração de nomes de rios, serras, montanhas, capitais, cidades etc”. Os livros de Delgado de Carvalho são considerados um marco na sistematização didática, com base nos princípios teóricos lablachianos, enfocando temas da Geografia humana, física e regional.

Ainda sobre o ensino da Geografia regional do Brasil, Guimarães (1941; p.346) argumenta:

[...] O aparecimento, em 1913, da Geografia do Brasil, do professor Delgado de Carvalho, marcou uma nova etapa na evolução do ensino da geografia em nosso país. Pela primeira vez surge um livro didático, em que a geografia regional do Brasil merecia realmente tal nome.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, na segunda metade do século passado, a economia de “arquipélagos” cederia lugar para a economia nacional. Para traçar os rumos do desenvolvimento econômico implicava conhecer o Brasil. Nesse sentido, uma das finalidades da geografia “oficial”, via IBGE, foi desenvolver o conhecimento sobre o território nacional, por meio de pesquisas que resultaram em levantamentos demográfico, econômico e social, abrangendo a totalidade da população e das estruturas produtivas. Assim, as representações geográficas construídas, a partir da elaboração da primeira Divisão Regional do Brasil, por Fábio de Macedo Soares Guimarães, em 1941, foi amplamente reproduzidas em livros didáticos, colaborando na construção da idéia *sobre* o nacional.

O conceito de região natural enquanto teoria científica, vinha ao encontro das transformações desencadeadas, após 1940, e seria aprofundado nas décadas seguintes,

devido a aproximação da Geografia com as teorias econômicas voltadas para o planejamento regional. Naquele momento, o conhecimento do território era uma necessidade que permitia uma intervenção planejada, ao mesmo tempo em que se promovia a reprodução interna do capitalismo industrial brasileiro.

Apesar de estar baseada nos aspectos da natureza física, a primeira regionalização brasileira respeitava a divisão federativa dos territórios, pois os técnicos acreditavam que a base natural (relevo, vegetação, clima etc), era mais estável do que a base econômica. Assim, Guimarães (1944, p. 50) afirma que “para atender as necessidades administrativas, estatísticas e também didática, organizou-se uma divisão de caráter prático, na qual se agrupam Unidades Políticas por inteiro”.

A sistematização dos dados permitiria a elaboração de divisões regionais específicas para o país, bem como, para a racionalização do território através de políticas de coletas de dados para fins estatísticos; descentralização da ação administrativa e uma divisão regional voltada para fins de planejamento. A sistematização dessas informações também serviu de suporte para o ensino de Geografia do Brasil, nas escolas de níveis de 1º e 2º graus, atualmente chamados de fundamental e médio.

Diante do avanço da industrialização, era necessário criar condições mais eficientes para a exploração dos recursos naturais, da utilização da força de trabalho e da implantação de infra-estruturas que facilitassem a produção e circulação de mercadorias por todo o território nacional. Nesse contexto, a região Centro-Oeste enquadrou-se no projeto desenvolvimentista, como foi apontado por Abreu (2001, p. 31), a partir da “filosofia do PRODUZIR oportunidades e PROMOVER seu aproveitamento para ACELERAR o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste”. Para tanto, utilizou-se do discurso de combate às desigualdades regionais, que foi largamente reproduzido pelo sistema escolar brasileiro, através dos manuais didáticos.

Foi no interior desse processo que o ensino da Geografia se firmou, na medida em que consolidou valores que interessavam às frações de classes dominantes e que têm nas políticas públicas de “desenvolvimento” e de educação para o desenvolvimento a *neutralidade científica*, “naturalizando” as desigualdades internas na sociedade.

É importante destacar o papel do Estado, através dos governos, no processo que legitimaria a regulação da (re)produção das relações sociais e da luta de classes. Como parte da instituição, procuramos entender o papel da escola, em particular do livro didático de Geografia, enquanto mediadores do processo ensino e aprendizagem, dentro da estrutura burocrática estatal, o que Poulantzas (2000, p.27) chamou de *aparelho ideológico de Estado*:

[...] A ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais tem por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia. Este é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado ou que preservem um jurídico "privado" como: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, rádio televisão como aparelho de informação etc.

No caso da escola, os exercícios ideológicos se manifestam através das secretarias de educação que legislam, regulamentam e controlam o trabalho pedagógico. Portanto, há um discurso que se pronuncia *sobre* a educação definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo, produzindo assim um imaginário coletivo que na realidade, nada mais é do que o ideário das classes dominantes. (Chauí, 1980).

Foi no contexto dos anos de 1950 a 1980, com as lutas ideológicas travadas no interior do projeto desenvolvimentista e de integração nacional, que o discurso regional ganhou notoriedade, pois vinha ao encontro dos anseios dos governos e do Projeto de desenvolvimento, em pauta, e do Programa de Modernização Governamental, onde a escola terá um papel fundamental.

Para exemplificar, apresentamos o livro *Terra Brasileira* de Aroldo de Azevedo, em que o tema migrações internas é explicado e justificado pelas dificuldades vividas pela população brasileira e que seria, segundo o autor, decorrente do meio natural hostil. Assim, as secas nordestinas seriam analisadas somente do ponto de vista da sua causalidade natural, que expulsa populações. Da mesma forma, esta causalidade natural, poderia atrair populações. É o exemplo do que aconteceu com o café, no Sul de Mato Grosso, nos anos de 1950, que sofreu atração em virtude da possibilidade de terras virgens para o capital agrícola. Vejamos o que nos diz Azevedo (1965, p. 67), diretamente sobre as migrações:

[...] Em conseqüência das condições de vida cada vez mais difíceis e da hostilidade do meio natural, muitos brasileiros têm abandonado as áreas rurais. Uns vão morar nas cidades, médias ou grandes. Outros sozinhos ou com suas famílias, deslocam-se para Estados às vezes situados bem longe do torrão natal. O fato vem acontecendo desde os tempos coloniais. Registrou-se quando o ouro e as pedras preciosas foram descobertos em Minas Gerais, no século XVIII; por ocasião da expansão da cultura de café. A partir de 1930, ao tempo em que a borracha fez as riquezas da Amazônia, desde a segunda metade do século XIX, até os primeiros anos do século atual. Mas continua a verificar, ainda hoje, em direção ao Planalto Central e para as zonas de povoamento recente do Oeste de São Paulo, norte do Paraná e Sul de Mato Grosso.

Um aspecto instigante do livro e que nos interessa mais diretamente, é sobre o povoamento da região Centro-Oeste. Essa é uma temática em que o autor, ao referir-se ao papel desempenhado pelos bandeirantes paulistas, não poupa elogios à “raças de gigantes”:

[...] Levados pelo desejo de descobrir riquezas minerais ou atraídos por essa vida cheia de aventuras, alguns Bandeirantes paulistas chegaram a atingir a Amazônia. Graças a essa “raça de gigantes”, o Brasil passou a conhecer um novo ciclo econômico – a mineração. A marcha do povoamento atingiu a Bacia do Tocantins-Araguaia, o Pantanal e o Vale do Guaporé. Antigos arraiais tornaram-se povoados e vilas, particularmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (Azevedo, 1965, p. 107).

Na contrapartida desse discurso de expansão, Azevedo (p. 79), se refere aos índios, que habitam a Amazônia e a região Centro-Oeste: “a maioria vivendo no mais completo estado de selvageria, o restante sob os cuidados de Missionários e do Serviço de Proteção aos Índios”. São aspectos contraditórios em termos de valores transmitidos, mas absolutamente coerentes, do ponto de vista de uma concepção de progresso, desenvolvimento e até mesmo de atraso a ser superado.

Outro livro didático analisado foi *Geografia do Brasil Regional*, de David Márcio Santos Rodrigues, de 1970. O conteúdo que trata da região Centro-Oeste vem acompanhado de fotos de Brasília, em que o autor faz referência à capital como protetora da nação:

[...] Centros das atividades políticas, a Câmara dos deputados, o Senado e as secretarias do Congresso, dirigem e protegem a democracia brasileira. (Rodrigues, 1970, p. 209) Brasília é peça básica à integração nacional. O planejamento e o dinamismo atingiram finalmente o Centro-Oeste brasileiro (idem, p. 191).

Os enunciados apontam a construção de Brasília como a representação de uma racionalidade e cientificidade impressa no contexto da Integração Nacional e que tem como base o planejamento. De modo que a sua construção, com objetivo de sediar a capital administrativa brasileira, como estratégia geopolítica, traz também embutida a racionalização, na medida em que procura dar a Brasília um rótulo de neutralidade, subjacente à sua condição de “sede” do Poder. O sentido de “proteção da democracia” é contraditório, na medida em que o momento histórico vivido, após-1968, é de intensificação da repressão, inclusive com a instalação do AI-5 (Ato Institucional nº 05), mas tem sentido na lógica da ditadura militar, instalada desde 1964, em que as forças armadas são chamadas a “proteger” o Brasil do comunismo, proteger *uma* democracia, na verdade.

A obra, ao que podemos observar, propagandeia ações do governo e fomenta as idéias subjacentes ao projeto desenvolvimentista em curso, sob o comando de um governo autoritário, de um lado, e das corporações de capitais multinacionais, de outro lado.

O autor trabalha a importância da racionalização da ocupação e uso do território – do planejamento de governo –, portanto, como solução para resolver as disparidades regionais. Certamente, não é coincidência o uso de livros didáticos, nas escolas públicas, que valorizem o planejamento, justamente depois que o governo cria o Ministério do Planejamento, Coordenação Geral e Ministério do Interior. O que está posto como conceito oculto é a valorização da ciência e da técnica, enquanto neutralidade política, que se contrapõe aos interesses ideológicos suprimidos com o golpe de 1964.

Um outro aspecto presente na obra, diz respeito ao povoamento da região Centro-Oeste. No dizer do autor, um grande vazio a ser explorado:

[...] Possui um dos maiores vazios populacionais do país; seus recursos minerais são praticamente desconhecidos; o extrativismo é fundamental à sua economia; o futuro chegou perto com a instalação da nova Capital Federal, polarizando estradas e incentivando o progresso (Rodrigues, 1970, p. 191).

Observamos que os autores analisados descrevem a região Centro-Oeste sob seus vários aspectos. Não há uma preocupação em analisar os fatores que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais, ou mesmo, em considerar o *modus vivendus*; a identidade dos diferentes povos que lá vivem e sobrevivem. Trata-se de considerar uma região vazia e passível de ser ocupada, explorada e, portanto, “sem problemas”, antes pelo contrário, é a “solução”, já que a tônica do discurso geográfico está na descrição física, na idéia da necessidade de povoamento e na exploração das suas riquezas naturais.

Portanto, o discurso regional e sua implicação ideológica devem ser compreendidos no interior das contradições que movem a sociedade capitalista. O mesmo se aplica para o ensino da Geografia no Brasil, que constitui parte importante para a manutenção e reprodução do capitalismo mundial. Em cada sociedade, o pensamento científico hegemônico elabora um discurso regional que melhor vincula-se às necessidades culturais da relação homem/natureza/produção¹.

Diante do exposto, consideramos pertinente analisar os livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental, para compreender a abordagem regional e o modo como

¹ A própria construção vidaliana demonstrou isso. O “gênero de vida” colaborou intensamente com o colonialismo na medida em que justificava a importância das trocas culturais. Contatos culturais que a história

a região Centro-Oeste vem sendo tratada e enfocada no contexto dos livros. Nosso objetivo é compreender como a idéia de região tem-se materializado no tecido social, na forma de mitificação/alienação ou mesmo como instrumento ideológico para manipulação política.

A REGIÃO CENTRO-OESTE E O IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA

A ocupação da região Centro-Oeste não é um fato recente, mas sua consolidação deu-se com o processo de industrialização brasileira, iniciada por volta de 1930, e que ganhou maior dinamismo nas décadas seguintes, redefinindo uma nova divisão técnica e territorial do trabalho. É nesse processo que o oeste brasileiro se insere no projeto de desenvolvimento e integração nacional, como foi apontado por Abreu (2001, p. 59):

[...] Na fase de Industrialização e Formação do Mercado Nacional, o Centro-Oeste assume a posição de extensão do sudeste, principalmente pela expansão da cultura do café em áreas do sul de Mato Grosso do Sul e Goiás, o que consolidou a inserção econômica da região na estruturação/configuração de um espaço geográfico nacional.

A configuração territorial do Centro-Oeste, desde o período colonial até as primeiras décadas do século XX, era considerada pelos órgãos oficiais como um dos grandes “vazios nacionais” e essa idéia foi amplamente reproduzida como discurso nos manuais didáticos, aproveitando-se que a região, de fato, encontrava-se desarticulada espacialmente, devido a inexistência de vias de circulação rápidas, como as rodovias, para fazer a ligação com outros centros produtores e/ou consumidores.

Sobre a população do Centro-Oeste brasileiro, Moisés Gicovate (1946, p. 221), faz interessantes comentários referindo-se aos tipos característicos da região. Apresenta o homem-habitante vidaliano, como produto do meio geográfico. De forma resumida ele nos apresenta dois tipos regionais – o cuiabano e o fronteiro:

[...] Alguns tipos característicos desta região. (...) produto do meio, apresenta o cuiabano, a bravura indômita do conquistador. São ativos, laboriosos e empreendedores. A sua força, coragem, resistência e audácia, são provados a cada momento, pois tem que lutar de forma a mais diversa contra obstáculo sem fim.

Região de fronteira, possui igualmente o seu tipo fronteiro. O fronteiro é a guarda avançada da nação. Está sempre pronto para a ação. A sua sensibilidade patriótica é intensa.

demonstrou serem entre desiguais e que levou ao massacre, a submissão de povos e de suas culturas, aos valores impostos pela cultura européia.

Na mesma direção, Aroldo Azevedo (1953, p. 64), versa sobre o povoamento e a conquista do Oeste brasileiro:

[...] Embora tivesse iniciado ainda no primeiro século de nossa colonização, foi durante os séculos XVII e XVIII que se processou a conquista do restante do planalto brasileiro, isto é, sua porção meridional. Devemo-la às entradas e, principalmente, a êste impressionante movimento desbravador que se conhece pelo nome de bandeirismo.

Ao mesmo tempo em que exaltam o movimento das Bandeiras e seu papel “desbravador”, o autor destaca as políticas públicas de povoamento e ocupação, que iniciaram com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, dando um novo dinamismo à região:

[...] A primeira manifestação dessa política de povoamento e melhor aproveitamento de nosso vasto hinterland fêz-se sentir com a criação da Fundação Brasil Central, destinada à exploração econômica do vale do Araguaia, da região do Roncador e da vale do Alto Xingu. Por isso, hoje as atenções de todos se voltam para o Planalto Central, em virtude das áreas despovoadas e das possibilidades que elas oferecem. Nesse sentido, a nova marcha para o oeste é uma réplica moderna do que foi no passado o bandeirismo paulista. (Azevedo, 1953, p. 73).

Pelo enunciados, podemos perceber que há coerência na fala dos autores: destacaram a primeira fase de ocupação do Oeste brasileiro, ainda no período colonial, de certa forma “espontânea” e que o movimento das bandeiras, foi decisivo para a ocupação definitiva dessa vasta região.

Galindo & Santos (1995, p.157) identificam dois momentos distintos na ocupação do espaço centro-oestino, no decorrer do século XX, quais sejam: a atividade cafeeira do oeste paulista em direção ao então Mato Grosso e a implantação da estrada de ferro Noroeste do Brasil, como fatores que impulsionaram o desenvolvimento da região.

A expansão da ferrovia em direção ao oeste brasileiro, segundo Abreu (2001, p.53), contribuiu também para o reordenamento urbano regional, originando e/ou consolidando municípios localizados na parte meridional do então Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. É o caso de Campo Grande, Terenos, Maracajú, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo.

No decorrer dos anos de 1930, e principalmente a partir de 1940, o Estado interveio de forma mais acentuada no processo de ocupação da região, com conseqüências significativas para a porção Sul de Mato Grosso do Sul e o Centro-Sul de Goiás, decorrentes

da política colonizadora de Getúlio Vargas que denominou-se “Marcha para o Oeste” com a criação de dois Projetos de Colonização: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em Ceres (GO), implantado em 1941, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (MS) – CAND no ano de 1943.

O discurso social presente nesses projetos, que legitimaria a prática de colonização, trazia no bojo a preocupação geopolítica com a manutenção e consolidação das fronteiras por meio do discurso de “ocupação de espaços vazios”, ao mesmo tempo que promoveria a ampliação da produção de gêneros alimentícios para o abastecimento dos centros urbano-industriais, apontando para a expansão do capital no contexto de uma nova divisão territorial do trabalho (Abreu, 2001, p.60).

O fio teórico sustentador dos governos e das políticas de planejamento governamental fundamentaram-se no discurso desenvolvimentista (racionalidade e neutralidade científica) e na integração nacional. Nesse sentido, legitimou-se a idéia de que promovendo o crescimento econômico do país promover-se-ia a distribuição da renda *per capita* acabando, assim, com as chamadas disparidades regionais e sociais.

Esse é um discurso presente em livros didáticos de Geografia, publicados nos anos oitenta, principalmente, como podemos observar em Rodrigues (1982, p. 09):

[...] as gerações que intensificaram a luta pelo desenvolvimento, lançando o Brasil na fase da industrialização, realizaram uma das cisas (sic) mais importantes para o futuro do nosso país: a tomada de consciência, isto é, a crítica aos grandes problemas nacionais indicando caminhos para o progresso [...] atualmente, sabemos que não basta possuir riquezas naturais e humanas. O importante é utilizar estas riquezas para o bem estar de povo. Isto será possível à medida que o crescimento industrial, ao lado de uma produção agrícola organizada, oferecer melhores condições de emprego. Para isto, há vários anos tem sido tomadas as seguintes providências: maior ocupação das áreas desabitadas; alfabetização do homem do campo; maior assistência sanitária à população; ensinamentos para melhorar a produção agrícola; ampliação da rede de transportes; eletrificação rural; amparo à pesquisas nas universidades.

O desenvolvimento configura uma ideologia. Segundo Rattner (1979, p.154), o crescimento econômico não corresponde a distribuição igualitária dos bens produzidos pela sociedade, pelo contrário, a concentração da renda “aumentou o fosso que separa a cidade do campo, ou regiões desenvolvidas das subdesenvolvidas provocando movimentos migratórios e o êxodo rural, com conseqüente marginalização de vastas e crescentes camadas da população”.

No mesmo sentido, Ianni (1991,p.100) salienta que na fase da industrialização esta visão de mundo social tem caráter mistificador, ao incutir no imaginário coletivo que a industrialização é uma concepção de vida, uma necessidade. “É uma ideologia que dilui as fronteiras do real e acentua as arestas das aparências, sem o que não se realizaria a concepção burguesa da existência”.

O reflexo da atuação do Estado foi sentido nas décadas de 1950 e 1960, diante do acelerado crescimento econômico e populacional, acarretando um intenso processo migratório devido a colonização nas áreas de influência dos municípios de Dourados e Campo Grande, principalmente, com a presença de grandes propriedades agrícolas (Galindo & Santos, 1995).

Sobre essa temática, Abreu (2001, p. 70) argumenta que foram significativas as alterações no espaço Sul-Mato-Grossense, no decorrer dos anos de 1950:

[...] Com a implantação de cafezais, seguida pela introdução da policultura com base na produção de arroz, feijão, milho, amendoim, nas áreas de mata, e pelo cultivo da soja, arroz e trigo, em terras de campos e cerrado, bem como de cria e engorda de rebanho de bovinos, nos anos de 60 e 70.

Esse foi um processo que consolidaria a função do território sul-mato-grossense, especialmente o município de Dourados-MS, na divisão territorial do trabalho, como fornecedor de produtos agrícolas e matérias-primas, principalmente para a região Sudeste. No âmbito geral, durante os anos 60, do século passado, o papel da região Centro-Oeste, segundo Galindo & Santos (1995, p.182), “restringia-se a fornecedor de gado em pé para abastecimento dos frigoríficos do sudeste e da venda de alguns produtos agrícolas para o mercado de alimentos”, situação que permaneceria até meados dos anos setenta.

Os autores citados referem-se à configuração da *fronteira agrícola*¹ do Centro-Oeste, em sua parte meridional, como agricultura comercial tipicamente capitalista e tecnificada, e na porção setentrional, como sendo um *locus* privilegiado das frentes especulativas com a presença de grandes empresas agropecuárias.

À medida que se desenvolvia o processo de integração econômica do espaço brasileiro, o governo, através do planejamento regional, desempenhou papel decisivo na intermediação dos interesses de frações hegemônicas, garantindo a reprodução ampliada do capital.

¹ Usamos o termo *fronteira agrícola*, baseado em Abreu (2001, p.65) que foi o mesmo conceito que a SUDECO utilizou para descrever o avanço do capital no Centro-Oeste, considerado um “vazio demográfico”. “Nessa linha, a fronteira agrícola está ligada à incorporação de novas áreas para introdução da atividade agrícola para a produção comercial de alimentos”

Em relação às políticas públicas para o Centro-Oeste, Abreu (2001, p.44) destaca que a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste –, foi criada, em 1967, para intervir e planejar a região e que “por intermédio de seus diversos programas de desenvolvimento, ao fornecer equipamentos e infra-estruturas, viabilizou maior integração do espaço mato-grossense ao território nacional”.

O DISCURSO REGIONAL E SUA IMPLICAÇÃO IDEOLÓGICA

O papel que a ciência geográfica desempenhou no processo de integração nacional foi de extrema importância para a consolidação do projeto desenvolvimentista. A Geografia esteve ligada não só a (re)produção ideológica, através da escola, como difusora do discurso “oficial”, por meio dos manuais didáticos, como também participou do processo político, via institutos de planejamento, principalmente no decorrer dos anos de 1950 a 1970.

Observamos que a maioria dos livros didáticos, da época, reproduzia a visão oficial no que se refere ao povoamento da região Centro-Oeste, apresentando-os como “espaços vazios” a serem ocupados. Referimo-nos por exemplo, a Aroldo de Azevedo (1953, p.72), que se referiu a esta porção do Brasil como (...) “imensas áreas vazias” e como “Deserto que se povoa” (1971, p. 355). Taveira (1978, p.31), por sua vez, explica a importância de Brasília no processo de ocupação da região, como “pólo de atração” e enfatiza o papel das “rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre como fatores de povoamento dos imensos vazios demográficos que atravessam”.

No contexto do que se convencionou chamar de renovação do pensamento Geográfico, observa-se que a relação “amistosa” da Geografia com as políticas de planejamento governamental provocou reformulações teórico-metodológicas, e uma característica seria a mudança paradigmática no estudo da região, até então, de bases vidalianas.

A Nova Geografia, também chamada de teórico-quantitativa¹, destacou-se por usar a lógica formal em seus procedimentos matemático-estatísticos, principalmente durante o período militar, quando se verificou o auge dessa corrente simultaneamente ao Milagre Econômico Brasileiro, no início de 1970. A partir dessa lógica, a Geografia procurou explicar a realidade regional e sua diversidade pelo viés do discurso da neutralidade, demonstrando na essência o seu real comprometimento com os interesses dos Estados nacionais e também com os interesses dos capitais privados aos quais o Estado dava suporte.

¹ Moreira (1981, p.78), explica que “a origem da Revolução Quantitativa nos Estados Unidos da América revela a hegemonia do capitalismo cuja expressão mundial, revela a face nova do imperialismo através da expansão das multinacionais”.

Seabra (1997, p.77) argumenta que a partir do governo Kubitschek, com o “Plano de Metas”, a transferência da capital federal para o planalto central e a criação de vários órgãos de planejamento como a SUDENE, em 1959, a SUDAM e a SUDECO, em 1967, entre outros, repercutiram no meio geográfico denunciando a íntima ligação desta ciência com o poder constituído.

Para Abreu (2001, p.77/78), coube à SUDECO fazer o levantamento das potencialidades e os estudos para a elaboração de ações a serem realizadas a partir da teoria dos “pólos de desenvolvimento”, *Aménagement du territoire*, na região Centro-Oeste. Essa teoria foi incorporada pelo planejamento econômico através do discurso dos pólos de crescimento e ganhou amparo também na chamada Geografia Regional:

[...] Estudiosos de Geografia Regional no Brasil, como Andrade (1977 e 1987) também incorporaram -, face às influências francesas do *Amenagement du territoire*, considerado como arma utilizada para fazer a prospectiva, indicando quais os caminhos que devem ser trilhados para atingir em uma data não muito próxima as metas que desejamos e podemos alcançar. (Abreu, 2001, p.78).

A introdução dessas novas concepções teóricas a partir do regime militar, em 1964, foi um reflexo do dinamismo da economia mundial, demonstrando que a Geografia puramente descritiva não servia mais para as novas necessidades do capital monopolista. Por isso, a incorporação de modelos matemáticos para o estudo da região, no sentido de orientar e direcionar a aplicação racional do capital em diferentes territórios.

Nesse sentido, Corrêa (1988, p.116) afirma:

[...] A geografia se tornaria pragmática, voltada em grande parte para o sistema de planejamento que, a partir de então, se organiza em escala federal e se difunde por todo os Estados do país, aparentemente preocupada com os grandes ou falsos problemas nacionais, inserindo-se cada vez mais como parte do aparelho ideológico de um Estado que, simultaneamente, se tornou mais autoritário.

De modo geral, a atuação do Estado foi decisiva para a integração econômico/regional do território brasileiro. Não apenas a Geografia, mas também a economia, a história, a filosofia etc, participaram do processo reproduzindo o discurso da sociedade industrial, contribuindo, portanto, para a formação de uma universalidade imaginária fundada na racionalidade e na neutralidade do discurso científico, cuja “razão técnica”, para Covre (1983, p.36), perpassa todos os níveis da sociedade, expressando-se no conceito de industrialismo, na idéia de organização, de planejamento. Passa a fazer

parte do cotidiano das pessoas, transformando a ciência e a técnica como um bem em si, supostamente isenta e neutra. Vejamos sua fala:

[...] A ciência, enquanto tal, sempre esteve presente na visão de mundo burguesa, mas, somente agora assume mais esse caráter técnico desnudado, dada a direção ideológica reformulada. A defesa dessa “racionalidade em si”, da “neutralidade” científica, da “ciência” isenta, como pedra angular da civilização, faz parte do discurso dos intelectuais tecnocráticos. (Covre, 1983, p. 37)

No caso do discurso regional, o ideário de desenvolvimento, de progresso e de superação das desigualdades sociais extrapola o discurso oficial dos órgãos de planejamento e da academia, passando a fazer parte do cotidiano da escola e, portanto, da visão de mundo do cidadão “comum”. Nessa direção, entendemos que a reflexão sobre o livro didático passa, necessariamente, pela compreensão do papel do Estado enquanto peça fundamental para a (re)produção do sistema capitalista.

Dessa forma, o discurso geográfico e pedagógico *sobre* a região Centro-Oeste tem sido construído desde o tempo colonial, sendo associado a um “vazio”, “deserto” e, portanto, “livre” do ponto de vista da reprodução do capital. A consolidação dessas idéias na sociedade brasileira, contou com um instrumento de alcance social fundamental, que é o livro didático, na medida em que disseminava um discurso geográfico em que a fronteira com os países de Oeste ou fronteira agrícola e a região apareciam sempre como áreas naturais, onde a vegetação era natural e o território desocupado.

Consideramos que a Geografia enquanto ciência e disciplina escolar, teve um papel importante na consolidação de um projeto geopolítico do Estado, no interior do qual está inserido a “conquista” e apropriação do Oeste brasileiro. O que nos permite afirmar que o papel do Estado, através das políticas públicas, foi determinante nesse processo, contribuindo para o conhecimento e estudo do território através de institutos de pesquisas, como o IBGE, bem como para a veiculação de um discurso “oficial”, através do livro didático de geografia, que divulgava o nacionalismo-patriótico. Assim, consolida-se um discurso legitimador para promover a integração econômica do território brasileiro.

Entendemos que a região é uma construção teórica e o seu significado, enquanto discurso didático-pedagógico, expressaria formas de relações de poder consolidadas e outras em construção. Por isso, a idéia reproduzida ao longo da história *sobre* o Centro-Oeste brasileiro como território “vazio”, “deserto” etc, contribuiu para legitimar a ação do Poder Público para intervir e planejar a região e confirmar a parte sul-mato-grossense como extensão do Sudeste, o que revela uma simbiose entre o discurso pedagógico e a ideologia dominante.

Nesse contexto, faz-se necessário entender o discurso regional presente nos livros didáticos, no sentido de contribuir para a compreensão das diferentes territorialidades, suas desigualdades, contradições e quais suas implicações para a construção do imaginário coletivo, seja na forma de mitificação/alienação e/ou para a busca da construção do conhecimento visando a emancipação social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo, USP, 2001. Tese (Doutorado).
- AZEVEDO, Aroldo de. **O Brasil e suas Regiões**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Terra Brasileira**. 39 ed. 2º grau. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia do Brasil**. – para a quarta série ginásial. As regiões geográficas. 81 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- AZEVEDO, Aroldo. **Geografia Humana do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Educação. In. **Educação e Sociedade** - CEDES, Cortez. Autores Associados, Ano II, n. 6, 1980.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1988.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos homens: análise do planejamento tecnocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GALINDO, Osmil & SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional. In. AFONSO, R. B. A & SILVA, P.L. B. **Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Edunesp, 1995.
- GICOVATE, Moisés. **Geografia do Brasil**. Quarta série. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1946.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Regiões Naturais do Brasil. **Boletim Geográfico**. Ano, 01, n. 11, IBGE, fevereiro, 1944.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Abril – junho de 1941.
- IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A geografia no Brasil (1934-1977) Avaliações e Tendências**. Universidade de São Paulo, 1980.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Circulo do Livro. Coleção Primeiros Passos, 1981.
- MOREIRA, Ruy. (Org) **Geografia: Teoria e Crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do autor), 1993.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Geografia: pesquisa e ensino. In. CARLOS, A. F. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RATTNER, Henrique. **Planejamento e bem estar social**. São Paulo: Perspectiva, 1979. Coleção Debates.

RODRIGUES, David Márcio Santos. **Geografia do Brasil**. 6ª série curso ginásial. 3. ed. Belo Horizonte, Editora Bernardo Álvares, S/A, 1970.

RODRIGUES, David Márcio Santos. **O Brasil Regional**. 6ª série do 1º grau. Belo Horizonte: Editora Lê, 1982.

SEABRA, Geovanni. **Fundamentos e Perspectivas da Geografia**. João Pessoa: UFPB, 1997.

TAVEIRA, Carlos Cesar Guterres. **Geografia do Desenvolvimento no Brasil: problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1978.

VLACH, Vânia R. F. **A Propósito do ensino de Geografia: Em questão, o Nacionalismo Patriótico**. São Paulo, 1988. Tese (Doutoramento) FFLCH/USP.